

## António Albuquerque Coelho de Carvalho – Um governador num espaço atlântico

**Renato Pires**

Centro de História de Além-Mar – Universidade Nova de Lisboa

Um Império tão vasto, como o português para ser bem administrado sempre necessitou de homens experientes e capazes, homens que soubessem aplicar no terreno as ordens transmitidas pelo rei e pelo seu Conselho. Na Ásia e no Ocidente surgem famílias cujos respectivos membros se vão destacar nas funções administrativas das várias províncias ultramarinas. Os Albuquerque Coelho são um desses exemplos.

Desde começos do século XVII e até meados do século XVIII, de Portugal a São Tomé, do Brasil a Angola, encontramos elementos desta família a desempenhar cargos de governadores <sup>1</sup>.

Recaiu a nossa atenção sobre o último Albuquerque Coelho a ter o cargo de governador no Ocidente do Império Português – António Albuquerque Coelho de Carvalho.

O seu pai, António Albuquerque Coelho era natural de Gouveia <sup>2</sup>. Serviu na região da Beira como capitão numa companhia de infantaria levantada por ele <sup>3</sup>. Viria ainda a ser governador da cidade da Guarda por tempo de três anos <sup>4</sup>. Já no Brasil, seria procurador da sua prima D. Inês Maria Coelho de Carvalho, filha de seu tio desembargador do Paço <sup>5</sup>. Viria a casar com D Inês, e deste casamento viria a nascer em 1655 António Albuquerque Coelho de Carvalho <sup>6</sup>.

Em 1667, o seu pai seria nomeado governador do Maranhão, tomando posse do cargo em 22 de Junho desse ano na cidade de S. Luís <sup>7</sup>. O seu governo duraria até 9 de Julho de 1671, sendo António Albuquerque substituído no cargo por Pedro César de Meneses <sup>8</sup>.

António Albuquerque Coelho de Carvalho vai pela primeira vez para o Brasil em 1666 na companhia de seu pai quando este veio assumir o posto de governador <sup>9</sup>. Em 1671 regressaria a Portugal, e voltaria ao Brasil agora acompanhando o seu primo Inácio Coelho da Silva, recém nomeado governador do Maranhão. <sup>10</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. Paulo Miguel MARTINS, *Percorrendo o Oriente: A vida de António de Albuquerque Coelho (1682-1745)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 89.

<sup>2</sup> Habilitação de António Albuquerque Coelho de Carvalho para familiar do Santo Ofício, IAN/TT, Maço 60, processo 1238, Lisboa 9 de Setembro de 1703, fl. 2.

<sup>3</sup> Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho capitão-general de São Paulo e Minas do Ouro no Brasil*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, p.17.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>5</sup> O desembargador António Coelho de Carvalho, Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p.16 (ver árvore genealógica em anexo).

<sup>6</sup> Embora não se saiba a data exacta do seu nascimento, sabe-se que António Albuquerque Coelho de Carvalho seria baptizado na cidade de Lisboa a 14 de Setembro de 1755 na igreja de Santa Engrácia, in IAN/TT, Habilitação de António Albuquerque Coelho de Carvalho para familiar do Santo Ofício, Maço 60, processo 1238, Lisboa 15 de Maio de 1704, fl. 3.

<sup>7</sup> Apesar de bom governado, António Albuquerque Coelho era apontado como sendo um homem de trato difícil, o que deixava aos elementos da Câmara bastante intimidados, contrastando com o seu antecessor Rui Vaz de Sequeira que era mais afável, mas menos eficaz. Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., pp. 17-18.

<sup>8</sup> Cf. Francisco Adolfo de VERNHAGEN, *História geral do Brasil – antes da sua separação e independência de Portugal*, Vol. V, 4ª ed., São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1953, p. 276.

<sup>9</sup> Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para ocuparem o posto de capitão-mor do Pará, A.H.U., Pará, Caixa 3, Lisboa 8 de Junho de 1684, fl.1v.

<sup>10</sup> Cf. Paulo Miguel MARTINS, *Percorrendo o Oriente...* cit., p.18.

Ainda nesse ano, António Albuquerque seria encarregado pelo pai do governo de Tapuytaperá, territórios que haviam ficado para seu pai por casamento com D. Inês Coelho de Carvalho<sup>11</sup>. Desde logo as suas capacidades administrativas se destacam e não passam despercebidas na corte<sup>12</sup>.

Tal desempenho mereceu-lhe a nomeação para o cargo de capitão-mor do Pará em 1688, apresentando a sua patente à câmara em 25 de Julho desse ano<sup>13</sup>.

A sua passagem por esta capitania fica marcada pela questão das definições territoriais entre Portugal e França. Terminado o projecto da França antártica, os franceses procuraram-se fixar na região do Maranhão em começos do século XVII<sup>14</sup>. No entanto, fixar-se iam definitivamente na Guiana<sup>15</sup>. Como resposta a tal presença, responderam os portugueses com a construção de várias fortalezas na região do Cabo do Norte<sup>16</sup>.

Deste modo, em 1685 foram construídos os fortes do Paru, de Toeré, de Santo António do Macapá e o de Araguari<sup>17</sup>.

Pedro de Ferrole comandante militar da colónia de Cayenne, deslocar-se-ia em 30 de Junho desse mesmo ano ao forte de Araguari apresentado ao comandante do forte uma carta do governador de La Barre, na qual este afirmava que aquele território era pertença da França<sup>18</sup>.

António Albuquerque depressa respondeu a esta acção, partindo com o engenheiro do Estado Pedro de Azevedo Carneiro, assinalar e dispor as várias fortalezas<sup>19</sup>.

As acções diplomáticas depressa se intensificaram. Pedro de Ferrole, agora no posto de governador da Cayenne, e António de Albuquerque trocam entre si uma série de cartas onde se discute a questão das fortalezas portuguesas e o comércio que era praticado pelos franceses nessa zona do Amazonas<sup>20</sup>.

Falhadas estas acções diplomáticas, Ferrole passou ao ataque, destruindo os fortes construídos pelos portugueses, apenas conservou Macapá<sup>21</sup>. No entanto a ocupação deste forte foi de curta duração. Em Julho desse mesmo ano Francisco de Sousa Fundão e João Moniz de Mendonça conseguiram capturar novamente o forte<sup>22</sup>.

Em 17 de Maio de 1690, António Albuquerque Coelho de Carvalho sucedia a Artur de Sá e Meneses no posto de capitão-mor do Maranhão<sup>23</sup>. Já por esta altura António Albuquerque era já membro do conselho de el rei<sup>24</sup>. O rei havia-se mostrado muito agradado com o desempenho do capitão-mor do Pará considerando-o como uma pessoa capaz de desempenhar as suas ordens<sup>25</sup>.

Esta sua primeira parte do governo do Maranhão fica marcada pelo reacender das questões fronteiriças com os franceses. Novamente António Albuquerque volta a escrever a Pedro

<sup>11</sup> Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p. 17.

<sup>12</sup> António Albuquerque foi apontado como sendo um administrador muito prudente e muito acertado nas suas decisões *in* Padrão de 220\$275 reis de tença, e mercê dos Fornos de Setúbal a António Albuquerque Coelho de Carvalho, IAN/TT, Cancelaria de D. Pedro II, Livro 63, fl. 202

<sup>13</sup> Cf. Francisco Adolfo de VERNHAGEN, *História geral do Brasil...* cit., p. 281.

<sup>14</sup> Cf. *O império luso-brasileiro 1620-1750*, vol. VII, coord. Frédéric Mauro, *Nova História da expansão portuguesa*, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Estampa, 1991, p.38.

<sup>15</sup> Os franceses reivindicaram a posse desse território até à região da Foz do Amazonas, servindo este espaço como um ponto de apoio para ataques ao Brasil. Cf. *O império luso-brasileiro...* cit., p. 39.

<sup>16</sup> *Idem, Ibidem*, p.39.

<sup>17</sup> Cf. Francisco Adolfo de VERNHAGEN, *História geral do Brasil...* cit., pp. 243-244.

<sup>18</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44.

<sup>19</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44.

<sup>20</sup> Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. Pedro II, sobre o estado em que se encontraram os fortes construídos no Cabo do Norte, A.H.U., Pará, Caixa 3, Lisboa, 13 de Setembro de 1690, carta inclusa, fl.1.

<sup>21</sup> Em Maio de 1697 Ferrole sem encontrar resistência destruiu os Fortes de Paru e o de Toeré, o forte de Macapá passou a ser uma base comercial para os franceses. Cf. *O império luso-brasileiro...* cit., p. 39.

<sup>22</sup> Cf. Francisco Adolfo de VERNHAGEN, *História geral do Brasil...* cit., p. 245.

<sup>23</sup> *Idem, Ibidem*, p. 275.

<sup>24</sup> Carta de Governador do Maranhão passada a António Albuquerque Coelho de Carvalho, IAN/TT, Cancelaria de D. Pedro II, Livro 20, fl.212v., 26 de Janeiro de 1690.

<sup>25</sup> *Idem*, fl.212v.

de Ferrole sobe os abusos cometidos por quatro franceses em território considerado português, bem como sobre a questão do comércio e jurisdição das mesmas terras no Cabo do Norte <sup>26</sup>.

Em 3 de Dezembro de 1691 o governador do Maranhão queixava-se ao rei do facto de se lhe haver proibido o comércio, alegando este não ter forma de se sustentar, a menos que lhe fosse aumentado o ordenado <sup>27</sup>.

António Albuquerque foi um dos governadores que defendeu o descimento e cativoiro dos índios e a sua distribuição pelos moradores <sup>28</sup>.

Mas não seria só com os franceses que o governador teria problemas. Desde os começos do século XVII que os paulistas haviam iniciado movimentos de bandeiras na região sul do Brasil com o objectivo de capturar índios <sup>29</sup>. Os problemas levantados com as missões Jesuíticas onde se concentravam muitas das populações índias levou os paulistas a procurar novos territórios para captura desses escravos <sup>30</sup>.

Em 1692 António Albuquerque queixava-se a D. Pedro II dos avanços paulistas comandados por Francisco Dias Siqueira e João Raposo Bocarro no Maranhão <sup>31</sup>. Estes haviam penetrado com os seus homens os sertões do dito Estado fazendo extorsões nas aldeias índias <sup>32</sup>.

António Albuquerque seria reconduzido num segundo mandato como governador do Maranhão <sup>33</sup>.

Dois anos depois da sua tomada de posse, o governador iria efectuar uma viagem pela Amazônia, viagem que teria consequências importantes <sup>34</sup>. A viagem tinha como objectivo travar um novo avanço francês pelo Cabo do Norte bem como inspeccionar as fortalezas portuguesas na região <sup>35</sup>. Durante os cinco meses que durou a viagem António Albuquerque Coelho de Carvalho iria a adoecer de febres, das quais não iria recuperar <sup>36</sup>.

Desta forma o governador pede autorização para regressar ao reino para se curar, o que vai ser autorizado <sup>37</sup>.

Retorna, assim, em 1701, sendo recompensado pelo rei com vários títulos e cargos administrativos. É feito comendador da Ordem de Cristo e da Comenda de Santo Idefonso do Vale de Telhas da Ordem de Avis, e é nomeado alcaide-mor de Sines <sup>38</sup>. Recebe várias mercês como o senhorio do Couto do Outil e dos fornos da judiaria e rua dos cavaleiros da vila de Setúbal<sup>39</sup>. Já em 1706, é nomeado pelo rei governador da Beira Baixa com a patente de Sargento-mor e dois anos mais tarde é provido no posto de governador de Olivença <sup>40</sup>.

---

<sup>26</sup> Carta enviada a Pedro de Ferrole, 13 de Outubro de 1691. Segundo António Albuquerque quatro franceses haviam-se introduzido na missão dos padres Capuchos nos Aruans, capturando alguns índios como escravos, tentando provocar guerras entre nativos para conseguir mais escravos. Apesar de advertidos estes franceses fizeram como que uma tribo índia matasse dois missionários da Companhia de Jesus. Ainda neste ofício, Albuquerque informa Ferrole que não iria suspender a construção de fortalezas no Cabo do Norte. Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., pp. 26-27.

<sup>27</sup> Segundo o governador o comércio realizado pelos governadores era benéfico para o Estado pelos descobrimentos e empresas que estimulava. Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p. 28.

<sup>28</sup> Cf. Francisco Adolfo de VERNHAGEN, *História geral do Brasil...* cit., p.253.

<sup>29</sup> Cf. *O império luso-brasileiro...* cit., p. 150.

<sup>30</sup> Depois de vários movimentos de captura de escravos bem sucedidos, como em 1628-29 com o ataque à Missão da Encarnação, às missões do Paraná, das investidas pelo Mato Grosso do Sul, os jesuítas armaram os índios e em 1641 em Mbororê os paulistas começaram a sofrer os primeiros reveses. Foram então procuradas novas regiões para captura de índios, como o Norte do Paraguai e na região amazónica. Cf. *O império luso-brasileiro...* cit., pp.151-152.

<sup>31</sup> Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p.28.

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*, p. 29.

<sup>33</sup> Albuquerque havia sido muito elogiado pelos membros das câmaras de São Luís e de Belém, que haviam pedido ao rei que o reconduzisse no cargo. Idem, *Ibidem*, p. 29.

<sup>34</sup> Idem, *Ibidem*, p. 30.

<sup>35</sup> Padrão de 220\$275 reis de tença, e mercê dos Fornos de Setúbal a António Albuquerque Coelho de Carvalho, IAN/TT, Chancelaria de D. Pedro II, Livro 63, fl. 202 v., Lisboa 8 de Junho de 1706.

<sup>36</sup> Idem, fl. 202v.

<sup>37</sup> António Albuquerque pediria autorização para regressar temporariamente ao reino para se curar, já que o rei não aceitou o seu regresso definitivo. Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p. 31.

<sup>38</sup> Cf. Paulo Miguel MARTINS, *Percorrendo o Oriente...* cit., p. 18.

<sup>39</sup> Alvará do Couto do Outil a António Albuquerque Coelho de Carvalho IAN/ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, livro 26, fl.488v.

<sup>40</sup> Cf. Paulo Miguel MARTINS, *Percorrendo o Oriente...* cit., p.18.

Desta vinda a Portugal pouco se sabe da sua vida. De 1701 a 1708 nada se sabe da vida deste homem.

Este período ficou marcado, em Portugal, e também no resto da Europa, pela Guerra de Sucessão de Espanha, que vai afectar as possessões ultramarinas portuguesas, especialmente a cidade do Rio de Janeiro <sup>41</sup>. Portugal, inicialmente colocou-se ao lado da Espanha e da França, apoiando o candidato francês como pretendente ao trono do país vizinho. No entanto, as pretensões portuguesas aos territórios junto ao Rio da Prata, o domínio exercido por ingleses e holandeses sobre os mares e os acordos económicos estabelecidos com a Inglaterra levaram Portugal a juntar-se a este país e à Holanda pelo tratado de 1703, reconhecendo as pretensões do arquiduque Carlos de Áustria ao trono espanhol <sup>42</sup>.

Em 1709, António Albuquerque é escolhido para governador-geral do Rio de Janeiro e de toda a Repartição do Sul. É nomeado por carta patente de 7 de Março de 1709, tomando posse do cargo em 11 de Junho desse ano <sup>43</sup>.

A sua nova missão não se apresentava fácil. Pretendia o rei que o novo governador pusesse fim à Revolta dos Emboabas que havia estalado na região das Minas Gerais e que opunha reinóis aos habitantes locais <sup>44</sup>.

A descoberta do ouro nesta região despertou um grande interesse junto da população brasileira bem como dos habitantes de Portugal. A descoberta deste metal precioso deu-se em finais do século XVII, no decurso das acções de exploração das bandeiras dos paulistas. Assim data de 1662 as primeiras sondagens nos sertões de São Paulo <sup>45</sup>, que terminariam com a descoberta dos primeiros jazigos na província das Minas por volta de 1698-99 <sup>46</sup>.

A chegada às minas de cada vez maior número de pessoas agravou a tensão em que viviam os paulistas. Estes passaram a se referir a estes estrangeiros como Emboabas <sup>47</sup>. O conflito iniciou-se em 1708 devido aos avanços crescentes dos reinóis, que enfraqueciam as posições dos paulistas na região <sup>48</sup>. Os paulistas, ao sentirem-se ameaçados tornaram-se mais agressivos, fazendo com que os emboabas sentissem uma crescente indignação <sup>49</sup>.

No comando dos paulistas surge Borba Gato, que tinha a seu cargo a recolha dos quintos, bem como, a venda dos gados para sustento da região <sup>50</sup>. Este havia informado meses antes o governador do Rio dos descaminhos provocados pelas gentes que entravam nos sertões vindas da Bahia. Pedia este na altura apoio militar ao governador para travar tal situação, bem como, as acções de um Manuel Nunes Viana, natural de Viana e que tinha chegado vindo da Bahia <sup>51</sup>.

Vão ser as contendas entre estes homens que vão marcar o conflito. Em 1708, Borba Gato havia publicado um “bando” no qual obrigava Manuel Nunes Viana a deixar as Minas, sob a alegação de que este havia trazido gado, tal como, comboios de fazendas algo que era proibido. Como se não bastasse, tinha-se furtado a pagar os quintos reais, sendo considerado como uma figura destabilizadora da região <sup>52</sup>.

O povo recusou-se a largar Nunes Viana, e esta razão levou Borba Gato a reunir forças contra os apoiantes de Viana, organizando um exército de 2.000 homens <sup>53</sup>. Nunes Viana, por sua

<sup>41</sup> Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, *História de Portugal – Do Renascimento às Revoluções Liberais*, Vol. II, Lisboa, Ed. Presença, 1998, p. 362.

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*, p. 362.

<sup>43</sup> Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p. 35.

<sup>44</sup> Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, *História de Portugal...* cit., p. 395.

<sup>45</sup> Cf. Oliveira MARTINS, *O Brasil e as colónias*, Lisboa, Livraria Editora, 1920, p. 78.

<sup>46</sup> Cf. Maria Beatriz Nizza da SILVA, Cecília M. WESTPHALEN e Maria GRAF, *História do Brasil: Colónia, Império, República*, Porto, Universidade Portucalense, 1991, p. 16.

<sup>47</sup> A palavra significava “o estrangeiro”, em dialecto índio “amô-abá”, e foi o nome dado pelos paulistas aos estrangeiros que chegavam a região mineira Cf. Beatriz R. de MAGALHÃES, «Emboaba», in *Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil*, p. 284.

<sup>48</sup> Cf. Isaias GOLGHER, *A guerra dos Emboaba – a primeira guerra civil das Américas: estudo baseado em documentação inédita*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1956, p. 68.

<sup>49</sup> Idem, *Ibidem*, p. 68.

<sup>50</sup> Carta do governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro sobre um levantamento popular promovido nas Minas por Manuel Nunes Viana contra os paulistas. A.H.U., Col. Castro e Almeida, Rio de Janeiro, doc. 3.147, Rio de Janeiro 14 de Fevereiro de 1709, fl.1.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Cf. Isaias GOLGHER, *A guerra dos Emboaba...* cit., p. 73.

<sup>53</sup> Idem, *Ibidem*, p.85.

vez, proclama-se general de 2.000 homens esperando um reforço de mais 600 que vinham da Bahia<sup>54</sup>. Estalava, assim, o conflito entre paulistas e emboabas. Após alguns confrontos sangrentos que resultaram na vitória dos emboabas Nunes Viana proclamou-se governador das Minas<sup>55</sup>.

Nunes Viana nas suas acções procurou punir e afastar os paulistas e todos os que lhes eram próximos. Através de um outro “bando” mandou expulsar todos os forasteiros que estivessem agregados e subordinados aos paulistas, sendo obrigada essa pessoa a prestar por comunicado obediência, caso contrário, seria considerado traidor<sup>56</sup>. A sua atitude para com o governador também se revela a menos correcta, não demonstrando qualquer respeito para com este<sup>57</sup>.

Mas para os estrangeiros que viviam nas Minas Nunes Viana foi bem recebido, sendo acolhido como um salvador, salvando as populações emboabas dos ataques dos paulistas, que atacavam fazendas e assaltavam viajantes que passavam pelos caminhos. Para estes Nunes Viana foi encarado como um libertador que vinha alforriar as populações emboabas da escravidão imposta pelos paulistas<sup>58</sup>.

Foi este o cenário encontrado por António Albuquerque Coelho de Carvalho ao chegar ao Rio de Janeiro. A escolha deste deveu-se às suas capacidades administrativas e a sua capacidade diplomática já demonstradas como governador do Pará e Maranhão<sup>59</sup>.

Uma vez chegado ao Rio de Janeiro, o novo governador partiu imediatamente para as Minas. Este à medida que avançava no território era bem recebido pelas populações locais e pelos emboabas, conseguido acalmar esses povos, que o recebiam de bom grado e sem resistência<sup>60</sup>.

Nunes Viana, assim que tomou conhecimento da vinda do novo governador procurou entrar em contacto com este. António Albuquerque seria bem recebido por Nunes Viana e pelo seu governo em Caeté. Uma vez aí, reuniu-se o governador com Viana, tendo este renunciado ao cargo que havia assumido e prestando obediência ao novo governante<sup>61</sup>. Albuquerque conseguiu por fim ao conflito através de uma grande agilidade política e fazendo uso de moderação, atribuiu indultos, cargos e mandatos aos poderosos<sup>62</sup>.

Foi por esta altura que o Rio de Janeiro foi alvo dos ataques corsários franceses. A primeira expedição teve lugar a 11 de Setembro de 1710. Foi líder da expedição Jean-François Duclerc, que financiado por armadores de Brest e tendo apoio da cora francesa preparou uma expedição com o objectivo de tomar a cidade<sup>63</sup>. A força era composta por cinco navios e um balandra, composto por uma força de mil homens<sup>64</sup>.

O ataque foi facilmente derrotado pelas forças defensoras. Duclerc, comandante deste primeiro ataque, é capturado e fica prisioneiro, juntamente com seus homens, na cidade<sup>65</sup>.

As notícias da derrota de Duclerc chegariam à França, o resultado foi a preparação de uma segunda expedição, esta de retaliação pela morte de Duclerc. Esta seria comandada por René Dugauay-Troin, a sua motivação era a vingança, bem como, a procura de um espólio importante<sup>66</sup>.

---

<sup>54</sup> Cf. Col. Castro e Almeida, Rio de Janeiro, doc. 3.147, Rio de Janeiro 14 de Fevereiro de 1709, fl.1v.

<sup>55</sup> Carta do governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, em que relata os acontecimentos tumultuosos que se tinham dado nas Minas, e os actos abusivos praticados pelo intruso Manuel Nunes Viana, A.H.U., Col. Castro e Almeida, Rio de Janeiro, doc. 3.148, Rio de Janeiro 16 de Fevereiro de 1709, fl.1.

<sup>56</sup> Idem., fl.1.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem, fl.2.

<sup>59</sup> Parecer do conselheiro António Rodrigues da Costa sobre as informações enviadas pelo governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, sobre a revolta nas Minas. Segundo o conselheiro António Albuquerque dispunha de valor, experiência, muita actividade, destreza e bons modos indicados para por fim à situação. A.H.U., Rio de Janeiro, caixa 8, doc. 46, 22 de Agosto de 1709, fl.2.

<sup>60</sup> Carta enviada pelo Mestre de Campo Gregório de Castro Morais sobre a passagem do governador António Albuquerque Coelho de Carvalho para as Minas e da aquietação dos moradores daquela região com a chegada do novo governador. A.H.U., Rio de Janeiro, caixa 8, doc.58, 29 de Janeiro de 1710, fl.1d.

<sup>61</sup> Cf. Isaias GOLGHER, *A guerra dos Emboaba...* cit., p. 200.

<sup>62</sup> Cf. Francisco Adolfo de VERNHAGEN, *História geral do Brasil...* cit., p. 100.

<sup>63</sup> Cf. Luís R. GUERREIRO, *O grande livro da pirataria e do corso*, Círculo de Leitores, 1996, p.285.

<sup>64</sup> Cf. Rocha POMBO, *História do Brasil: ilustrada*, Vol. VI, Rio de Janeiro, J. Fonseca Saraiva, (19..), op. cit., p.428.

<sup>65</sup> Carta de Francisco de Castro Morais sobre o ataque do corsário Duclerc. A.H.U., Rio de Janeiro, caixa 8, doc. 96, 12 de Outubro de 1710, fl. 1.

A armada partiu a 9 de Junho 1711 de La Rochelle, era composta por sete navios de linha, cinco fragatas, uma galeota e dois navios lançadores de bombas<sup>67</sup>. A frota chegou ao Rio em finais de Agosto. António de Albuquerque encontrava-se novamente nas Minas e Francisco de Castro Morais governava em sua substituição<sup>68</sup>.

Apesar de possuírem informações a cerca de uma esquadra inimiga que se aproximava da cidade os fortes da cidade encontravam-se pouco guarnecidos. A esquadra francesa entra de manhã na cidade, o comandante francês consegue capturar facilmente os fortes de Santa Cruz e Boa Viagem, fazendo desembarcar os seus homens<sup>69</sup>. A partir daí, conseguem tomar facilmente a cidade sem que seja oferecida qualquer resistência.

As consequências deste ataque na cidade foram maiores do que o primeiro. Os franceses saquearam engenhos e quintas, matando as pessoas que lhes resistiam<sup>70</sup>. Bens foram capturados e para os devolverem foram exigidos resgates elevados. Os corsários tomaram o dinheiro da Casa da Moeda, dos cofres da Fazenda dos órfãos, dos ausentes, bem como o pertencente a particulares. Não satisfeitos com isto, os franceses realizaram uma colecta entre os habitantes da cidade<sup>71</sup>.

António Albuquerque, que na altura se encontrava nas Minas, apesar de ter vindo em socorro da cidade com um exército composto por seis mil homens, deixou a maioria destes homens no caminho levando apenas a cavalaria num total de mil e quinhentos homens<sup>72</sup>. Uma vez chegado a cidade, o governador não foi capaz de expulsar os franceses que se encontravam a ocupar os fortes da cidade, ficando estes pacificamente instalados durante vinte dias<sup>73</sup>. Por fim a esquadra francesa partiu deixando a cidade devastada.

Por alturas destes ataques, era António Albuquerque governador da nova Capitania independente de S. Paulo e Minas. Após a pacificação da Revolta dos Emboabas, foi decidido separar a região das Minas Gerais do Rio de Janeiro<sup>74</sup>.

O escolhido para o cargo de primeiro governador foi António Albuquerque Coelho de Carvalho<sup>75</sup>. Albuquerque viria a tomar posse do cargo na Câmara de S. Paulo a 18 de Junho de 1710<sup>76</sup>.

Antes mesmo de ocupar o novo cargo, António Albuquerque havia já demonstrado o seu programa de actuação em carta enviada ao rei.<sup>77</sup>

Uma das primeiras medidas tomadas foi o envio de ouvidores para assistirem no distrito das Minas. Assim, foi enviado para o Rio das Velhas e Rio das Minas o Doutor João de Morais Sarmiento, ocupando o lugar de ouvidor geral por três anos, e, ainda, o lugar de Desembargador da Casa da Suplicação com poderes de jurisdição em casos do cível e de morte<sup>78</sup>. Este estava autorizado pelo rei a nomear meirinho da correição, escrivães do juízo, contador e distribuidor.

<sup>66</sup> Cf. Luís R. GUERREIRO, *O grande livro da pirataria* Luís R. GUERREIRO, *O grande livro da pirataria...* cit., p.285.

<sup>67</sup> Cf. *O império luso-brasileiro 1620-1750*, VOL. VII, *op. cit.*, p. 43.

<sup>68</sup> *Idem, Ibidem*,

<sup>69</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44.

<sup>70</sup> Cf. Carta enviada ao Conselheiro António Reis da Costa sobre uma devassa realizada no Rio de Janeiro sobre o ataque da esquadra francesa à cidade. A.H.U., Rio de Janeiro, caixa 8, doc. 26, post. a 1707, fl.1v. fl. 2v.

<sup>71</sup> Cf. Francisco Adolfo de VERNHAGEN, *História geral do Brasil...* cit., p. 300.

<sup>72</sup> Cf. Rocha POMBO, *História do Brasil...* cit., p. 449.

<sup>73</sup> Desde logo se tentou encontrar culpados pela incapacidade de defesa da cidade. António Albuquerque seria apontado, mais tarde, como um dos culpados sendo penalizado com a destituição do cargo de governador de São Paulo. Cf. A.H.U., Rio de Janeiro, caixa 8, doc. 26, post. a 1707, fl.1v.

<sup>74</sup> No início da Revolta foi desde logo apontada como sendo a melhor solução para a resolução daquela disputa a separação das Minas do Rio de Janeiro. Cf. Parecer do conselheiro António Rodrigues da Costa sobre a Revolta das Minas Gerais. A.H.U., Rio de Janeiro, caixa 8, doc. 46, 22 de Agosto de 1709, fl.3.

<sup>75</sup> António Albuquerque foi desde logo apontado como o melhor candidato, devendo-se escolher novo governador para o Rio de Janeiro. *Idem*, fl.3

<sup>76</sup> Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p. 56.

<sup>77</sup> O novo governador pretendia fazer com que os paulistas aceitassem melhor os forasteiros, pedia ao rei que o deixasse nomear juizes para os distritos que mais necessitavam de organização e iria procurar resolver de forma rápida a questão da arrecadação dos quintos do ouro, a questão que mais preocupava a coroa. Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p. 51.

<sup>78</sup> Carta do Conselho Ultramarino sobre a nomeação de João de Morais Sarmiento, Manuel de Évora Heytor e Manuel da Costa Amorim para ouvidores gerais do Rio das Velhas, Rio das Mortes e Rio do Ouro Preto. A.H.U., Rio de Janeiro, caixa 8, doc. 61, 22 de Fevereiro de 1710, fl.1.

Tinha o dito desembargador a autoridade para criar Câmaras e capitacijas e fazer eleições de juizes e vereadores<sup>79</sup>. Quanto aos outros nomeados, o Doutor Manuel de Évora Heitor e Manuel da Costa de Amorim, foram nomeados respectivamente para o Rio dos Mortos e Rio do Ouro Preto<sup>80</sup>. Tinham estes homens a função de administrar justiça no distrito das Minas, que até aquele momento, nenhum magistrado havia reduzido essas populações a obediência da justiça civil<sup>81</sup>.

O passo seguinte foi a demarcação do distrito. Pretendia-se com isto evitar contendas ao nível da jurisdição com o governo do Rio, procurava-se manter a divisão existente na altura.

O governador dedicou-se, ainda, à criação de novas povoações. Desta forma criou a 8 de Abril de 1711 a vila do arraial do Carmo, alterada mais tarde para Vila Real do Ribeirão do Carmo<sup>82</sup>. A 8 de Julho do mesmo ano funda a Vila Rica de Albuquerque e em 17 de Julho funda a Vila Real do Sabará<sup>83</sup>.

António Albuquerque terminaria a sua comissão em 1713. O fracasso no auxílio da defesa do Rio contra o ataque francês encurtou a sua administração de S. Paulo. Desta forma a 31 de Agosto entrega a administração ao novo governador, D. Braz Baltazar da Silveira<sup>84</sup>.

O seu regresso a Portugal ficaria marcado por um acontecimento curioso. Já perto das Berlengas o navio onde viajava Albuquerque é atacado por uma esquadra de piratas argelinos<sup>85</sup>. Após duro combate, os tripulantes do navio português conseguem rechaçar os ataques dos piratas, obrigando-os a retirar<sup>86</sup>.

Após este regresso António Albuquerque fica como esquecido. De facto, até ao ano de 1722, nada se sabe sobre a vida de Albuquerque, e só nesse ano o rei volta a nomeá-lo para um novo cargo, o de governador de Angola<sup>87</sup>.

Nestas novas funções, António Albuquerque viu-se confrontado com situações difíceis. Assim, pouco tempo depois de ter assumido o cargo, o novo governador é confrontado com uma revolta dos sobas nos presídios de Benguela e Caconda<sup>88</sup>.

Outro problema que teve que resolver, e que já vinha de seu antecessor, é o da revogação da lei de proibição do uso de armas de fogo na cidade de Luanda e seu distrito.<sup>89</sup> A necessidade de defesa pessoal, bem como contra os animais selvagens que rondavam a cidade, fazia com que os moradores de Luanda tivessem de usar armas, contrariando a lei que o rei havia imposto para aquele reino proibindo o uso de armas de fogo<sup>90</sup>.

Igualmente difícil de resolver foi a questão da guarnição inglesa que se instalou no reino do Loango, pressionado o rei de Cabinda a não efectuar mais nenhum tipo de comércio com os portugueses<sup>91</sup>. Os ingleses haviam iniciado a construção de uma fortaleza armada com peças de fogo. O objectivo dos britânicos era construir um ponto de apoio para os seus navios e se dedicarem ao comércio de escravos<sup>92</sup>.

---

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Idem, fl.1v.

<sup>81</sup> Idem, fl.2v.

<sup>82</sup> Em 1745 o nome é de novo alterado, passando a agora cidade a chamar-se Mariana, em honra da rainha D. Mariana de Áustria. Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p. 71.

<sup>83</sup> Vila Rica de Albuquerque viria a alterar o nome para Vila Rica e mais tarde para Ouro Preto, enquanto que Vila Real do Sabará passará a ser conhecida apenas como Sabará. Idem, *Ibidem*, p. 71.

<sup>84</sup> Idem, *Ibidem*, p. 96.

<sup>85</sup> A esquadra era composta por três navios, e para além de uma numerosa tripulação contava com cerca de 132 peças de fogo. Idem, *Ibidem*, p. 97.

<sup>86</sup> Durante o combate distinguiu-se D. Rosa Maria de Siqueira, esposa do desembargador António da Cunha Souto Maior, que não só serviu de enfermeira para os feridos, como organizou as mulheres que iam a bordo do navio pondo-as a reparar as velas que se haviam rasgado durante a refrega como chegou a disparar uma das peças de artilharia contra um doa navios inimigos. Idem, *Ibidem*, p. 97.

<sup>87</sup> Cf. Francisco Adolfo de VERNHAGEN, *História geral do Brasil...* cit., vol. V., p. 288.

<sup>88</sup> Cf consulta do Conselho Ultramarino sobre o sucesso na luta contra os povos que se revoltaram nos presídios de Benguela e Caconda, A.H.U., Angola, caixa 21, doc. 69, 2 de Abril de 1722, fl.1.

<sup>89</sup> Cf. Parecer do Conselho Ultramarino sobre o uso de armas de fogo em Angola, A.H.U., Angola, caixa 21, doc., 67, 3 de Julho de 1723, fl.1.

<sup>90</sup> Idem, fl.1.

<sup>91</sup> Cf. Carta de António Albuquerque Coelho de Carvalho sobre a presença de ingleses em Cabinda, A.H.U., Angola, caixa 21, doc. 75, 13 de Junho de 1722, fl.1.

<sup>92</sup> Idem, fl1.

Assim que soube da presença destes ingleses, o governador enviou um espião com o objectivo de recolher o máximo de informações, e, para saber a posição do rei de Cabinda face à situação <sup>93</sup>. A posição do régulo face a este conflito foi clarificar que era seu desejo continuar amigo dos portugueses e realizar comércio com eles <sup>94</sup>.

Para além disto, António Albuquerque tentou resolver a questão do pagamento do seu soldo, foi este governador que aumentando o vencimento dos governadores para quinze mil reis e estipulando que não podiam envolverem-se em negócios particulares <sup>95</sup>.

O pagamento era enviado do Brasil por barco, o que levantava uma série de inconvenientes, especialmente o perigo de naufrágio do navio, com a consequente perda do soldo, bem como as demoras que a viagem tinha <sup>96</sup>. O governador pedia, assim, ao rei a criação de uma casa da moeda e introdução de moeda de ouro em Angola, para facilitar a vida das populações locais, a compra de bens por parte destas <sup>97</sup>.

O pedido de aumento de saldo vinha ainda ao encontro das dificuldades sentidas pelo governador face ao custo de vida em Angola e as suas numerosas despesas desde que havia chegado aquele reino <sup>98</sup>.

Essas seriam algumas das suas acções enquanto governador de Angola. António Albuquerque Coelho de Carvalho viria a morrer por doença em Angola no desempenho das suas funções no ano de 1725 <sup>99</sup>.

A nível pessoal, António Albuquerque Coelho de Carvalho, foi casado com D. Luísa de Mendonça, de quem viria a ter o seu único filho legítimo Francisco Albuquerque Coelho de Carvalho, moço fidalgo da rainha D. Maria Ana de Áustria e que viria a desempenhar vários cargos no Maranhão <sup>100</sup>.

No Brasil e antes do seu casamento, António Albuquerque teve uma relação amorosa com Ângela de Barros, uma mestiça, natural de Gurupá na Vila de Santa Cruz de Cumutá, resultando dessa relação o nascimento de um filho, António de Albuquerque Coelho <sup>101</sup>.

Este filho, tal como o pai e o avô seria governador, mas a sua carreira seria desempenhada no Oriente, para onde partiu com a idade de dezoito anos <sup>102</sup>. Seria, assim, governador de Macau, onde viria a casar com a sua única esposa, uma rica herdeira, e de quem teria dois filhos <sup>103</sup>. Foi, ainda, nomeado para os cargos de governador de Timor e de Pate <sup>104</sup>.

Em anexos seguem a árvore genealógica de António Albuquerque e a lista de cargos dos seus familiares.

---

<sup>93</sup> Cf. Informação de António Albuquerque Coelho de Carvalho sobre a presença dos ingleses em Cabinda e sobre as suas acções na região, A.H.U., Angola, caixa 21, doc., 78, 15 de Junho de 1722, fl.1

<sup>94</sup> Idem., fl.1v.

<sup>95</sup> Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p. 357.

<sup>96</sup> Cf. Parecer do Conselho Ultramarino sobre o governador de Angola que apresenta os inconvenientes sobre o pagamento dos seus soldos. A.H.U., Angola, caixa 21, doc., 76, 13 de Junho de 1722, fl.1.

<sup>97</sup> Idem, fl.1v.

<sup>98</sup> Idem, fl.1.

<sup>99</sup> Cf. Aureliano LEITE, *António Albuquerque Coelho de Carvalho...* cit., p. 106.

<sup>100</sup> Cf. Paulo Miguel MARTINS, *Percorrendo o Oriente...* cit., p. 19.

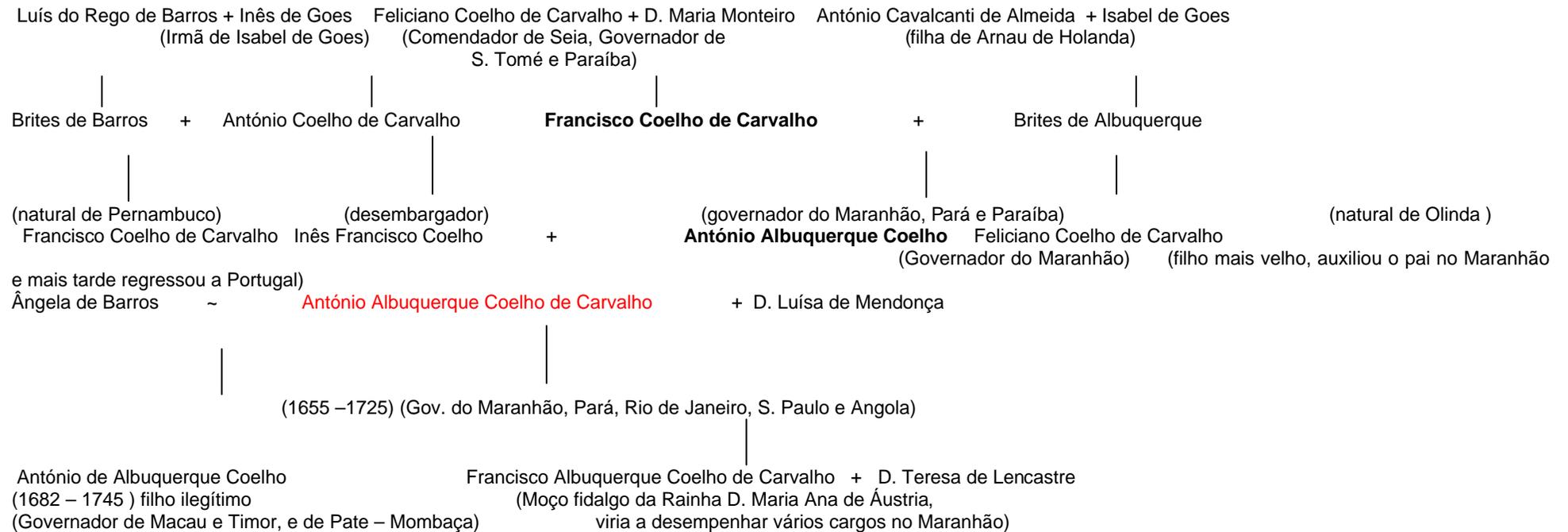
<sup>101</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>102</sup> Idem, *Ibidem*, p. 21.

<sup>103</sup> Idem, *Ibidem*, p. 131.

<sup>104</sup> Idem, *Ibidem*, p. 132.

**Árvore genealógica de António Albuquerque Coelho de Carvalho<sup>105</sup>**



<sup>105</sup> Cf. Paulo Miguel Martins, *Percorrendo o Oriente – A vida de António de Albuquerque Coelho (1682-1745)*, Lisboa, Livros do Horizonte, 1998, p. 20